

4º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

“Sempre que notava alguma lentidão, falava com Ndambi Guebuza para que as coisas acelerassem”, Teófilo Nhangumele

- No calendário inicial, o juiz Efigénio Baptista previa ouvir até ao fim da primeira semana (cinco dias) do julgamento 10 dos 19 réus. Ou seja, o tribunal tinha planeado ouvir dois réus por dia. Sucede, porém, que à entrada ao quinto dia do julgamento apenas dois réus foram ouvidos, nomeadamente os amigos Cipriano Mutota (oficial do Serviço de Informação e Segurança de Estado - SISE) e Teófilo Nhangumele, o “consultor” do projecto integrado de protecção da zona económica exclusiva de Moçambique.



O primeiro dia foi dedicado ao debate das questões prévias, leitura da longa acusação do Ministério Público e leitura das contestações por parte da defesa. O interrogatório aos réus começou na terça-feira, com o tribunal a ouvir Cipriano Mutota. A audição do oficial do SISE prolongou-se até quarta-feira, dia em que a defesa teve a oportunidade de colocar as suas perguntas. Ainda na quarta-feira, já ao cair da tarde, o tribunal iniciou a audição de Nhangumele, mas teve que interromper para cumprir com a hora (21H00) do recolher obrigatório. Na quinta-feira, todo o dia foi dominado pelas perguntas do juiz da causa e da representante do Ministério Público. Hoje, quinto dia do julgamento, o “consultor” do projecto que deu origem à ProIndicus volta a ser interrogado, desta vez pelo assistente do processo – a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) e pela defesa.

Na quarta-feira, Nhangumele impressionou o público com a sua narrativa bem ensaiada. Falou cerca de duas horas sem ser interrompido, revelou ser um homem de “boa memória” ao ponto de descrever o “lindo casaco” que o então Ministro da Defesa Nacional (Filipe Nyusi) trazia no dia em que o afastou do projecto – em 2012; das primeiras palavras proferidas pelo então Presidente da República (Armando Guebuza) na primeira reunião em que Nhangumele apresentou a proposta do projecto em 2011;



Créditos O País

e do fato de caqui e mala de rodas que António Carlos do Rosário trazia numa das reuniões no Ministério das Finanças em 2012.

Mas ontem, perante as cirúrgicas perguntas do juiz e da representante do Ministério Público, Nhangumele revelou ser um homem de falas contraditórias, de “curta memória”, de poucas certezas, mais preocupado com o debate de conceitos, pouco colaborativo em certas ocasiões,

enfim... um homem com “talento para distorcer as coisas”, como fez questão de sublinhar o juiz Efigénio Baptista. Não soube descodificar as alcunhas que ele mesmo usava para se referir a certas pessoas nos emails que trocava com Boustani, como Camelo, Cindirela, Tigre, MoD, Deep, Yellow Man... “oh Jesus, isto está um autêntico zoológico”, disse ele, quando confrontado com seus emails.

Com um orçamento de 52 milhões de dólares, projecto circunscrevia-se apenas a ProIndicus e não previa pesca

Uma das perguntas colocadas ao Nhangumele estava relacionada com a forma como ele passa a fazer parte do projecto de protecção da zona económica exclusiva. Em resposta, disse que foi o amigo Mutota que o convidou para trabalhar na parte técnica do projecto, incluindo a componente de viabilidade. Não se lembra da participação da Maria Isaltina Lucas (à época Directora Nacional do Tesouro) na elaboração da componente financeira do estudo. “A primeira vez que falo com Maria Isaltina Lucas foi quando estava a preparar a vinda de uma delegação da Privinvest a Moçambique”, disse, contrariando o amigo Mutota que afirmara que Nhangumele e Isaltina Lucas tinham trabalhado juntos na parte financeira do projecto por indicação do Ministro das Finanças.

Contou que participou na fase inicial da ProIndicus: “fui eu quem definiu o nome ProIndicus. O prefixo Pro vem de protecção e a palavra Indicus do (oceano) Índico.



Fiz o registo do nome e desenhei a futura estrutura acionista". E quando ele é afastado do projecto, nas suas próprias palavras, por não ser membro das Forças de Defesa e Segurança, o orçamento rondava os 352 milhões de dólares. Por isso, diz que não sabe como é que o orçamento do projecto que seria implementado pela ProIndicus subiu até 622 milhões de dólares. "O projecto circunscrevia-se apenas a ProIndicus. Eu não sei nada das empresas MAM e EMATUM. O projecto não iria pescar, mas iria fiscalizar as empresas de pesca. O projecto também não iria fazer a manutenção dos barcos, por isso que a Abu Dhabi Mar queria se instalar em Moçambique para fazer esse trabalho", explicou. O contrato assinado entre a ProIndicus e o fornecedor grupo Privinvest não especificava os preços de cada bem e serviço prestado. Nhangumele reconheceu, perante a insistência do Ministério Público, que essa falta de informação não permite transparência.

Questionado das razões que o levaram a entregar uma brochura do projecto ao Bruno Langa e pedir que ele falasse com Ndambi Guebuza para interceder junto do pai (Armando Guebuza, à época Chefe de Estado), Nhangumele respondeu que a ideia era saber se de facto o documento tinha chegado ao destino. "Mutota não sabia dizer nada sobre o estágio do processo e Batsatsane Thlokoane e Jean Boustani (colaboradores da Abu Dhabi Mar, empresa do grupo Privinvest) queriam saber da evolução do assunto". Disse que Bruno Langa não exigiu nada em troca para fazer chegar o documento ao seu amigo Ndambi Guebuza. O Ministério Público leu algumas respostas dadas por

Bruno em que este afirmou ter dito ao Nhangumele que Ndambi exigiu dinheiro como condição para fazer chegar o documento ao pai. Ainda assim, Nhangumele insistiu dizendo que não tomou conhecimento de nenhuma exigência de recompensa por parte do filho do antigo Presidente da República.

Num dos emails enviados a Boustani, o reu falou da necessidade de "massagear o sistema" como forma de acelerar a aprovação do projecto. Chamado a explicar o significado da expressão, disse que "massagear o sistema" não envolve nenhum pagamento de dinheiro às pessoas responsáveis pela aprovação do projecto. "O meu pensamento era levar as pessoas a viajarem para conferências onde se discute assuntos relacionados com a protecção marítima; sistemas integrados de monitoramento e protecção marítima; e a visitarem empresas fornecedoras. Por tanto, massagear o sistema não significa pagar subornos".

Atenta, a magistrada do Ministério Público, Ana Sheila Marrengula, confrontou-o com um e-mail de Boustani enviado para si, no qual o gestor do grupo Privinvest defendia que não se iria fazer nenhum pagamento antes da aprovação do projecto. Nhangumele disse que desconhecia o contexto da resposta de Boustani e insistiu que não havia previsão de pagamento de subornos. Foi mais uma vez confrontado com um dos seus emails enviados para Boustani em que falava da necessidade de pagamento de "sucess fee" (taxa de sucesso) a Ndambi Guebuza. "Ele prestou um contributo ao projecto. Acho que uma pessoa que faz isso merece uma recompensa! Se o projecto tiver êxito é justo que seja compensado. Essa era a minha perspectiva", justificou.

Nhangumele fez trabalho de "facilitação" e diz que podia ganhar mais do que 8.5 milhões de dólares

Na acusação, consta que Ndambi, que também era tratado por Júnior, recebeu a maior fatia do valor da Privinvest, alegando que tinha mais gente por pagar. "Qual era o papel de Júnior para receber 33 milhões de dólares", questionou o Ministério Público. Resposta de Nhangumele: "Sempre que notava alguma lentidão no processo, eu falava com Ndambi (Júnior) para que as coisas acelerassem". De novo o Ministério Público: "Então, a função de Júnior (Ndambi) era de falar com pai (Armando Guebuza) para que o projecto andasse?" Aqui Nhangumele reagiu com um silêncio profundo. Questionado qual foi o papel que Bruno desempenhou para receber 8.5 milhões de dólares, disse que preferia não responder.

Sobre a viagem à Alemanha, explicou que a mesma lhe foi comunicada pelo reu Mutota e a sua missão era levar as autoridades moçambicanas a conhecerem os estaleiros e outros serviços da Privinvest. "Nessa altura, o senhor António Carlos do Rosário não conhecia Boustani", acrescentou. Na versão que apresentou na quarta-feira, disse que não foi feito nenhum relatório sobre a viagem à Alemanha. Mas ontem lhe foi exibido um relatório sobre a ida à Alemanha feito por si. Reconheceu

o documento e justificou-se dizendo que já não se lembrava. Não sabe dizer quem pagou as despesas das viagens à Alemanha (2011) e a Abu Dhabi (2012), mas se lembra de um oficial do SISE que cuidava da logística dessas deslocações. "Não sei em que qualidade Bruno Langa e Ndambi Guebuza viajavam tanto para Alemanha como para Abu Dhabi. E nem sei quem os indicou para integrarem a lista".

Uma das questões suscitadas pelo Ministério Público era de saber em nome de quem actuava Nhangumele. Isso porque ele chegou a afirmar que viajou para Abu Dhabi como representante das autoridades moçambicanas. Questionado como é que viaja em nome das autoridades moçambicanas e, uma vez no destino, vira consultor e assina com a outra parte um contrato de trabalho, ele respondeu que era um "representante informal". "Eu era intermediário, não estava em nenhum dos lados. As autoridades moçambicanas até estavam dispostas a me pagar, mas havia dificuldades administrativas. Eu pedi pagamento pelo trabalho que fiz quando fui entregar as pastas aos gestores da ProIndicus".

Não recebeu das autoridades moçambicanas, mas recebeu da Privinvest 8,5 milhões de dólares. Muito dinheiro que levou

o Ministério Público a questionar se havia alguma coisa de concreto que fez para merecer aquele valor: "Fiz o trabalho de facilitação, fiz a ponte entre a Privinvest e as autoridades moçambicanas. Isso pode valer uma quinhenta ou um bilião de dólares". A magistrada Ana Sheila Marrengula insistiu: "Pode descrever ao pormenor o que exactamente fez? "Eu é que fazia o trabalho dos números do projecto e fiz apresentação às pessoas responsáveis". Quando perguntado quem, da parte moçambicana, ele aproximou ao Boustani, ficou em silêncio.

Sobre as aplicações do valor de 8,5 milhões de dólares, Nhangumele repetiu o que consta da acusação: comprou duas casas em dois luxuosos condomínios da cidade da Matola; uma flat num prédio novo construído na avenida Eduardo Mondlane (cidade de Maputo); uma flat na avenida Vladimir Lenine (cidade de Maputo); viaturas Mercedes Benz modelo ML, Land Rover modelo Range Rover Evogue, Land Rover modelo Discovery; uma casa em Nelspruit (África do Sul), fez vários investimentos dentro e fora do país e transferiu algumas somas da sua conta domiciliada em Abu Dhabi para Moçambique e África do Sul.

Postura do juiz deixa indignado Lourenço Malia, advogado de Nhangumele

“Aqui todos têm o direito de falar a bem da defesa dos seus constituintes. O nosso objectivo é tratar todos da mesma forma. Não há filhos e afilhados. Peço sinceras desculpas se o tribunal deixou essa impressão”.

Perante a “chuva” de perguntas do tribunal e do Ministério Público de que foi alvo Nhangumele, o seu advogado Lourenço Malia tentou intervir em sua defesa, mas o juiz simplesmente não lhe deu a palavra. Só depois de o Ministério Público terminar de colocar as perguntas é que o advogado de Nhangumele foi autorizado a falar. E protestou logo: “Estou desiludido com a forma como este interrogatório está a decorrer. Não sinto que estou a desempenhar a minha função de ajudar o tribunal a descobrir a verdade material. Manifesto a minha sincera indignação. Ontem quando eu estava a colocar perguntas ao reu Mutota, o meu colega Rodrigo Rocha



pediu a palavra e foi autorizado a intervir. Hoje pedi a palavra no momento em que o meu constituinte estava a ser interrogado, mas não me foi concedida. Parece que há filhos e enteados”. O juiz Efigénio Baptista reconheceu o erro e pediu des-

culpas: “Aqui todos têm o direito de falar a bem da defesa dos seus constituintes. O nosso objectivo é tratar todos da mesma forma. Não há filhos e afilhados. Peço sinceras desculpas se o tribunal deixou essa impressão”.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

